



Insegurança alimentar no meio rural: refletindo a (re)produção da fome pelo sistema agroalimentar hegemônico

Food insecurity in rural areas: reflecting the (re)production of hunger by the hegemonic agrifood system

FRAGA, Ligia Kochhan de¹; GONÇALVES, Larisse Medeiros²; COZER, Mirian³;
GODOY, Wilson Itamar⁴

¹ Instituto Federal do Paraná, ligia.fraga@ifpr.edu.br; ² Universidade Tecnológica Federal do Paraná, larisse@alunos.utfpr.edu.br; ³ Universidade Tecnológica Federal do Paraná, miriancozer@alunos.utfpr.edu.br; ⁴ Universidade Tecnológica Federal do Paraná, wigodoy@utfpr.edu.br

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Campesinato e Soberania Alimentar

Resumo: O objetivo desta pesquisa é refletir sobre a produção da pobreza rural e da fome, levando em consideração o papel do sistema agroalimentar hegemônico. Usou-se de uma revisão integrativa, que entrelaça ensaios teóricos, com estudos e relatórios empíricos. O estudo apontou que há uma alta proporção de famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional (ISAN), especialmente na área rural; diferenças significativas no acesso aos alimentos entre áreas urbanas e rurais; aumento da insegurança alimentar durante a pandemia da Covid-19; impacto negativo do sistema agroalimentar hegemônico na produção e renda dos pequenos agricultores familiares; relação entre a redução da renda familiar e o aumento dos níveis de ISAN; necessidade de mudanças no sistema para promover a segurança alimentar e nutricional de forma sustentável e inclusiva. Os dados apresentados mostram uma relação entre ISAN e o sistema agroalimentar hegemônico.

Palavras-chave: acesso aos alimentos; segurança alimentar e nutricional; soberania alimentar; sustentabilidade.

Introdução

Embora o Brasil e os demais países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) tenham assumido o compromisso de acabar com a fome, a insegurança alimentar e nutricional (ISAN) e todas as formas de má nutrição até 2030, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) reconhece que esse objetivo está distante da realidade. A FAO destaca que o número de pessoas sem acesso a uma alimentação adequada, seja em termos quantitativos, qualitativos ou ambos, tem aumentado progressivamente no mundo desde 2014 (FAO, 2020).

Infere-se, assim, que a erradicação da fome até 2030 não ocorrerá, a menos que ações ousadas sejam tomadas para promover a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e acelerar o progresso no combate às formas moderadas e graves de ISAN, com ênfase no desenvolvimento de ações para minimizar a desigualdade no acesso aos alimentos (FAO, 2021). Vale ressaltar que o ISAN se agravou ainda mais após a crise sanitária da Covid-19. Em 2022, mais de 58% das famílias incluídas no segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no



Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil vivenciavam algum grau de ISAN, sendo que 15,5% enfrentaram o ISAN vários, ou seja, conviviam com a fome. De acordo com o inquérito, "o povo brasileiro vem empobrecendo progressivamente e enfrentando as consequências da precarização da vida, sem o suporte adequado e efetivo de ações do Estado" (REDE PENSSAN, 2022, p. 35).

O inquérito também indicou que, no meio rural, o número de famílias que conviveram com a fome foi maior do que a média nacional, representando 18,6% do total (REDE PENSSAN, 2022). A pandemia agravou as tendências de desigualdade no acesso aos alimentos, que já eram alarmantes mesmo antes da crise (FAO, 2021). Assim, é fundamental o reconhecimento de que a desigualdade no acesso aos alimentos vem se apresentando como consequência, sobretudo, das "assimetrias políticas" e da concentração dos meios de produção agroalimentar nas grandes cadeias alimentares (MALUF; BURLANDY, 2022, p. 7). Neste sentido, o presente trabalho se propõe a refletir acerca da produção da pobreza rural e da fome a partir do sistema agroalimentar hegemônico, que se demonstra cada vez mais insustentável e defasado em inúmeros aspectos.

Metodologia

O presente estudo foi realizado a partir de uma revisão integrativa da literatura (PAIVA et al., 2016). Esta metodologia combina bases teóricas e dados empíricos. Nesse caso, foram obtidos em fontes secundárias de dados de domínio público e produção científica relacionadas ao tema acesso aos alimentos no rural brasileiro desde o ano de 2006, marco legal do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Inicialmente, abordou-se a questão dos diferentes tipos de acesso aos alimentos, enfatizando a relevância do acesso físico, com base na agricultura familiar. Em seguida, foram apresentados os dados referentes à ISAN no meio rural. Por fim, são elencadas algumas reflexões sobre o papel do sistema agroalimentar hegemônico na produção da fome e da pobreza rural. Na conclusão, foram apontadas alternativas para a superação deste modelo.

Resultados e Discussão

O acesso aos alimentos é uma das mais relevantes dimensões da SAN, e pode ocorrer de forma física ou financeira. O acesso físico consiste na obtenção direta dos alimentos, ao passo que o acesso financeiro condiciona-se ao recebimento de recurso financeiro para a compra.

Para Sen (1999), a possibilidade de produção do próprio alimento viabiliza a maior autonomia sobre as escolhas alimentares, apresentando-se como um ponto de promoção da SSAN, como no caso das famílias agricultoras do Brasil; enquanto o acesso financeiro é vulnerável a um conjunto de instabilidades determinadas pelo contexto econômico, social, político e dos mercados alimentares, que geralmente agem no sentido contrário, levando a predisposições nas condições diversas de ISAN.



Grisa (2007) identifica o importante papel do acesso físico aos alimentos através do autoconsumo. Segundo a autora, embora a mercantilização e a industrialização da agricultura tenham impactado, reduzindo a produção para o consumo familiar, os agricultores familiares continuam cultivando alimentos para o autoprovisionamento, seja por motivações financeiras, pela qualidade dos alimentos (isentos de agrotóxicos, por exemplo), pela diversificação da dieta que a prática possibilita ou, ainda, simplesmente pelo prazer em produzir (GRISA, 2007).

O autoconsumo cumpre um importante papel no combate à pobreza (um dos principais fatores determinantes da ISAN). “Reitera-se a importância do autoconsumo dado que a pobreza se concentra principalmente em áreas rurais” (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010 p.74). A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) demonstra, de forma muito contundente, a maior vulnerabilidade no acesso econômico aos alimentos no meio rural, quando comparado ao meio urbano. A Tabela 1 apresenta o percentual de famílias em SAN e ISAN, bem como os níveis de ISAN em um recorte temporal entre 2009 e 2022, aferidos através da EBIA, indicando as condições no Brasil, bem como as áreas urbana e rural do país.

Brasil e áreas urbana/rural	Situação de SAN				
	Com segurança alimentar (%)	Com insegurança alimentar			
		Total (%)	Leve (%)	Moderada (%)	Grave (%)
<i>2009 (IBGE, PNAD, 2009)</i>					
Brasil	69,8	30,2	18,7	6,5	5,0
Área Urbana	70,7	29,3	18,5	6,1	4,6
Área Rural	64,8	35,2	19,5	8,5	7,1
<i>2013 (IBGE, PNAD 2013)</i>					
Brasil	77,4	22,6	17,1	5,1	3,2
Área Urbana	79,5	20,5	13,7	3,9	2,8
Área Rural	64,7	35,3	21,4	8,4	5,5
<i>2017-2018 (IBGE, POF 2017/218)</i>					
Brasil	63,3	36,7	24,0	8,1	4,5
Área Urbana	64,9	35,1	23,5	7,5	4,1
Área Rural	53,6	46,4	27,2	12,2	7,1
<i>2021 (REDE PENSSAN)</i>					
Brasil	44,8	55,2	34,7	11,5	9,0
Área Urbana	45,6	54,4	35,0	10,9	8,5
Área Rural	40,0	59,9	33,0	14,9	12,0
<i>2022 (REDE PENSSAN)</i>					
Brasil	41,3	58,7	28,0	15,20	15,5
Área Urbana	42,2	57,8	27,9	14,9	15,0
Área Rural	36,2	63,8	28,3	16,9	18,6

Tabela 1 – Situação de SAN e níveis de ISAN no Brasil, área urbana e rural entre os anos de 2009 e 2022. Fonte: IBGE (2009; 2013; 2019); Rede PENSSAN (2020;2022).

No ano de 2009, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD identificou que quase 70% das famílias entrevistadas encontravam-se em situação de



Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), e entre os 30% de domicílios em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (ISAN), apenas 5% haviam vivenciado a experiência da fome. No entanto, na população rural, havia um contingente menor de famílias em situação de SAN, e 7% dos domicílios enfrentaram a fome.

A diferença no acesso financeiro aos alimentos entre o meio urbano e o meio rural brasileiro acentuou-se ainda mais em 2013. Segundo a PNAD 2013 (IBGE, 2013), enquanto quase 80% dos domicílios brasileiros estavam em situação de SAN, na área rural apenas 64,7% deles encontravam-se nessa situação, um percentual menor inclusive em comparação ao período anterior. Da mesma forma, enquanto a média nacional indicava 3,2% dos domicílios em situação de ISAN grave, no mesmo período essa situação extrema foi identificada em 5,5% dos domicílios rurais.

Em 2017-2018, a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF (IBGE, 2019) estimou um total de 68,9 milhões de domicílios no Brasil. Dentre esses domicílios, 63,3% estavam em situação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), enquanto os 36,7% restantes enfrentavam algum grau de Insegurança Alimentar e Nutricional (ISAN). Nesse período, a proporção de domicílios em situação de Insegurança Alimentar (IA) leve foi de 24,0%, sendo que 8,1% dos domicílios particulares estavam em IA moderada e 4,6% em IA grave. No entanto, nos domicílios localizados na área rural do Brasil, apenas um pouco mais da metade encontrava-se em situação de SAN, e a proporção de ISAN grave, que indica privação alimentar entre adultos e crianças, foi de 7,1%, três pontos percentuais acima do verificado na área urbana (4,1%).

A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) realizou dois inquéritos populacionais nos anos de 2021 e 2022, com o objetivo de analisar a Insegurança Alimentar no Brasil no contexto da pandemia da Covid-19. A rede PENSSAN (2021) constatou que, no primeiro ano da pandemia, o direito humano à alimentação adequada estava garantido para menos da metade dos domicílios (44,8%) em situação de SAN, enquanto em 9% deles houve experiência de fome expressa pela ISAN grave nos três meses anteriores à entrevista. Essa situação foi ainda mais expressiva na área rural, onde apenas 40% dos domicílios encontravam-se em situação de SAN, ao passo que a ISAN grave atingiu 12% dos domicílios.

Entre o final de 2021 e o início de 2022, mais de 40% dos domicílios entrevistados pela rede PENSSAN (2022) estavam em situação de SAN no Brasil. Em 28% desses domicílios, havia referência à instabilidade na alimentação dos moradores, caracterizando a ISAN leve, enquanto 15,5% conviviam com experiências de fome. Mais uma vez, a condição alimentar dos moradores em áreas rurais do país foi pior em comparação com as áreas urbanas, com a ISAN atingindo mais de 60% dos domicílios rurais, e com prevalências mais elevadas nas suas formas mais severas, moderada (16,9%) e grave (18,6%), respectivamente.



Para os pesquisadores da rede PENSSAN (2022 p. 41), a “agricultura familiar sofreu o impacto da crise econômica, mas foi especialmente afetada pelo desmonte das políticas públicas voltadas para o pequeno produtor do campo”. Assim, os piores níveis de ISAN, verificados pela rede PENSSAN (2022), ocorreram em domicílios rurais de agricultores familiares que perceberam perdas na produção, decorrentes da dificuldade em comercializar seus produtos, o que demonstra a relação entre a redução do ingresso de renda no domicílio e o aumento nos níveis de ISAN.

Bezerra e Schneider (2012) pontuam o papel do sistema agroalimentar hegemônico, na reprodução de inúmeras desigualdades, inclusive no acesso aos alimentos. Este modelo afeta de maneira negativa a produção e renda do pequeno e médio agricultor, levando-os a pauperização e comprometendo a soberania e SAN. Segundo Ploeg (2008), o modelo hegemônico produz a fome, o desemprego, desigualdades e diversos tipos de privações, que levam muitos indivíduos a uma condição de marginalidade. A industrialização da agricultura representa, para o autor, a desconexão definitiva entre produção e consumo de alimentos, a partir da qual materializam-se diferentes faces da ISAN, intensificadas no meio rural.

Neste sentido, Ferreira (2014) identifica que as famílias agricultoras, principalmente os pequenos produtores de comunidades tradicionais e assentados, deparam-se, de forma cada vez mais intensa, com inúmeros desafios para sua sobrevivência e reprodução social, tais como o enfrentamento ao oligopólio transnacional de produção de sementes e insumos, a imposição da lógica mercantil neoliberalista e impactos da produção de agrocombustíveis na disponibilidade de alimentos.

Conclusões

Os dados apresentados mostram uma relação entre a situação de insegurança alimentar e nutricional (ISAN) e o sistema agroalimentar hegemônico. A FAO (2021) reconhece os impactos do sistema agroalimentar hegemônico sobre a SAN, especialmente em regiões marcadas pelas desigualdades sociais, nas quais a maior parte da população possui baixa renda, como países da África, América Latina e Caribe. Para a organização, a superação da ISAN e da desnutrição, bem como a garantia do acesso a dietas saudáveis a preços acessíveis para todos, de forma sustentável e inclusiva, está condicionada a mudanças significativas no sistema agroalimentar, que envolvem a construção de políticas públicas, intervenção nas cadeias de abastecimento alimentar, combate à pobreza e desigualdades estruturais e fortalecimento de ambientes alimentares que promovam a saúde.

Referências bibliográficas

FERREIRA, Brancolina. Reforma agrária, assentamentos rurais e segurança alimentar. **Revista Política Social e Desenvolvimento**, [S.L.], v. 2, n. 10, p. 6-20, dez. 2014.



FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2020: Transforming food systems for affordable healthy diets.** Rome, FAO. 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021: Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all.** Rome, FAO. 2021.

GRISA, Catia. **A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, 2007.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**. 16. P. 65-79. 2010.

MALUF, Renato Sergio; BURLANDY, Luciene. **Sistemas alimentares, desigualdades e saúde no Brasil: Desafios para a transição rumo à sustentabilidade e promoção da alimentação adequada e saudável.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

PAIVA, Marlla Rúbya Ferreira et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: revisão integrativa. **SANARE-Revista de Políticas Públicas**, v. 15, n. 2, 2016.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil.** São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

REDE PENSSAN. **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil.** [S.l.: s.n.], 2021.